

Apoio à Democracia e Satisfação Individual: uma análise comparada entre Argentina e Brasil

Mozara de Souza Rodrigues¹ – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro |

Resumo

O objetivo do presente artigo é analisar quais fatores influenciam o apoio à democracia por parte dos cidadãos, ao mesmo tempo que se evidencia as semelhanças e/ou diferenças do contexto político e democrático da Argentina e do Brasil. Com isso, procura-se entender se quanto maior for a satisfação individual – não apenas em um nível econômico, mas amplo, levando em consideração diversos aspectos da vida de uma pessoa em uma democracia –, maior será o apoio ao regime, ou seja, quanto menor essa satisfação, menor será o apoio à democracia. A pesquisa utiliza o método comparado em conjunto com uma técnica estatística para submeter as hipóteses a comprovações e falsificações. O período de tempo escolhido é de 2005 a 2020, que permite uma comparação eficaz e com maior abrangência levando em consideração diferentes fatores que podem explicar o apoio democrático. A partir da literatura, foram definidas as variáveis explicativas que serão coletadas dos relatórios anuais do Latinobarómetro. A análise dos dados será realizada através do software R 4.2, com a criação de um modelo de regressão linear para ser feita uma análise exploratória no método de regressão stepwise. Os modelos de regressão linear elaborados apontam que as variáveis menos explicativas são a satisfação econômica - um fator muito relevante a ser considerado, pois uma grande parte da literatura aponta essa variável como a mais importante para explicar o apoio à democracia –, “Quão justa é a distribuição de renda?” e a aprovação do presidente. As mais explicativas são a satisfação com a democracia e “país” – que apresenta forte associação com o fato de não ser Brasil. Diante da discussão realizada ao longo do artigo, procura-se contribuir para o debate que busca retomar as discussões sobre participação popular e igualdade de modo a construir um conceito substantivo de democracia.

Palavras-chave: Apoio à Democracia; Argentina; Brasil; Satisfação com a Democracia.

¹ Mestranda em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Bacharel em Ciência Política pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Email: mozara.rodrigues@edu.unirio.br.

Abstract

The main goal of this article is to analyze which factors influence the citizen's democracy support, at the same time it will discuss the similarities and/or differences of the political and democratic context of Argentina and Brazil. In this way, the hypothesis presented is if the individual satisfaction – not only in an economic level, but in a broader way, taking other aspects of life under consideration – is high, then the democracy support will increase too, and if the satisfaction is low, the support would decrease too. The research uses the comparative method with a statistical technique to verify if the hypotheses are true or false. The period of time chosen is from 2005 to 2020, because it makes the comparison effective and with a bigger coverage of the available data that can explain the democracy support. From the literature were defined the most possible explanatory variables, that will be collected from the Latinobarómetro annual reports. The data will be analyzed through the software R 4.2, with the formulation of a linear regression model to make an exploratory analysis in the stepwise regression method possible. The linear regression models created suggest that the least significant variables are the “economic satisfaction” – which is very relevant because a lot of studies in the literature indicates that this is the most important to explain democracy support –, “How fair is the distribution of income?” and the presidents approval. The most significant are the “satisfaction with democracy” and “country” – which presents a strong association with the fact of not being Brazil. The article seeks to contribute to the discussion that focuses on the popular participation and equality in democracies to promote a more substantive concept of democracy.

Keywords: Democracy support; Brazil; Argentina; Satisfaction with Democracy.

1. Introdução

O presente artigo busca promover uma discussão sobre os diferentes fatores que influenciam o apoio à democracia por parte dos cidadãos, de forma comparada, na Argentina e no Brasil, com o intuito de identificar as semelhanças e/ou diferenças dos contextos políticos e sociais dos dois países. O conceito de democracia não possui um consenso em torno de sua definição, existindo diferentes teorias e abordagens sobre o que é democracia. De acordo com as teorias clássicas, a participação direta dos cidadãos nas decisões coletivas dentro da comunidade política representa a essência da democracia (PATEMAN, 1970). Ou seja, nesse momento imperava o princípio da igualdade, que sai do centro do debate a partir da modernidade - onde a preocupação passa a ser sobre questões de legitimidade e estabilidade (MEDEIROS, 2015).

A abordagem minimalista da democracia possui muitos defensores. Przeworski (2019) aponta Schumpeter, Popper e Bobbio como alguns dos principais. Aqui, a democracia pode ser resumida ao arranjo político onde as pessoas escolhem os governos através de eleições livres e justas, ao mesmo tempo que, possuem a possibilidade de remover aqueles que desaprovam. Przeworski (2019) argumenta que o acréscimo de adjetivos ao conceito de democracia pode tornar-se um problema, pois mais questões irão surgir. Essa concepção minimalista é alvo de diversas críticas até hoje, especialmente por modelos teóricos que se preocupam em aumentar a participação popular e o diálogo na esfera pública em prol da construção de um modelo mais substantivo de democracia (MEDEIROS, 2015).

Diante da breve discussão apresentada, o trabalho está de acordo com a necessidade de se ir além de uma concepção minimalista da democracia. A partir de autores como Ovarés-Sánchez (2021), Silva (2017) e Vitullo (2001), será utilizada uma definição de democracia que destaca princípios normativos abstratos – como as condições de vida da população, os valores democráticos que são compartilhados entre os cidadãos, a busca pela diminuição da desigualdade por parte dos governos, a efetividade da participação política cidadã, *responsiveness*, entre outros – que os regimes políticos precisam almejar alcançar para serem definidos como democracia.

Para a definição das variáveis que serão analisadas na pesquisa, a literatura sobre o apoio à democracia foi essencial para a criação de um panorama com os possíveis fatores mais explicativos. Uma parte dos autores analisados – Lipset (1993), Booth e Seligson (2009), Baquero (2011), Mounk (2018) – aponta que são as questões econômicas que mais influenciam o apoio democrático, Mounk (2018), por exemplo, argumenta que os cidadãos só demonstram lealdade pela democracia enquanto os seus bolsos permanecem cheios, e não porque existiria um comprometimento profundo com os princípios democráticos fundamentais. Seguindo essa mesma linha, Baquero (2011) entende que a variável econômica influencia diretamente na maneira em que os cidadãos percebem o regime democrático em que vivem, pois faz associações entre a sua qualidade de vida, situação econômica e poder de compra com a eficiência da democracia.

Em contrapartida, uma parte da literatura analisada irá definir outros fatores como mais importantes: Pippa Norris (2011) argumenta sobre a importância da prestação de contas e do sentimento de representação por parte dos cidadãos; Monsivais-Carrillo (2020) levanta um importante debate sobre a satisfação dos cidadãos e a aprovação do governo vigente; Linde e Peters (2018) apontam a relevância da *responsiveness* por parte dos governos; Garetto (2018) analisa o quanto o teor das políticas públicas pode impactar na percepção dos cidadãos; Laisner (2008) argumenta sobre a importância dos governos buscarem uma maior equidade socioeconômica e O'Donnell (1978) colabora com trabalhos referentes a construção de uma cidadania integral, que se apresentam com extrema relevância para a discussão.

A pesquisa utiliza o método comparado por servir como uma estratégia analítica não somente descritiva mas também explicativa para colocar as hipóteses à prova, juntamente com uma técnica estatística (PÉREZ-LIÑÁN, 2010). A escolha dos países – Argentina e Brasil – deu-se devido à trajetória política desses Estados, que vivenciaram períodos de transição democrática e de adoção de políticas neoliberais, depois passaram pela onda progressista e, nos últimos anos, vivenciam uma regressão conservadora. Além dessas semelhanças, os países possuem diferenças relevantes a serem analisadas ao longo do trabalho, como a própria cultura política.

O período de tempo escolhido para análise dos dados é de 2005 a 2020 porque, além de permitir uma comparação mais eficaz e com maior abrangência, levando em consideração diferentes fatores que podem explicar o apoio democrático, é também o período que corresponde à consolidação da chamada onda rosa² na região, ao seu fim e à ascensão de governos de direita. De 2005 a 2020, os presidentes do período são: Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), Dilma Rousseff (2011-2016), Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022), do Brasil; Néstor Kirchner (2003-2006), Cristina Fernández de Kirchner (2007-2014), Mauricio Macri (2015-2018) e Alberto Fernández (2019-), da Argentina.

Durante a década neoliberal na região, o crescimento econômico médio continuou baixo e oscilante e aumentaram o desemprego, a informalidade e a desigualdade social nos países analisados. Com a guinada à esquerda que atingiu a América Latina na virada para o século XXI, ocorreu uma espécie de acerto de contas em relação ao rumo da euforia liberal da década passada.

É importante mencionar que esse processo não ocorreu de maneira uniforme em todos os países e também não representou o fim completo da liberalização econômica na região. Dessa forma, os governos que emergem nessa onda constituem uma mudança política no sentido contrário ao da década anterior. Os governos da chamada onda rosa que serão analisados nesta pesquisa – os dois mandatos de Lula e os governos dos Kirchners –, procuraram experimentar jeitos de conter o ímpeto da liberalização que já havia sido iniciada, reorganizando a economia, reduzindo os índices de pobreza e tirando vantagens do bom momento mundial, como aponta Coutinho (2006).

No Brasil, segundo dados do latinobarómetro, os melhores índices de apoio à democracia ocorreram nos mandatos do presidente Lula – PT. Em 2001, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso – PSDB – o índice de apoio era de 30%, enquanto que no fim do segundo mandato de Lula o percentual era de 55%. É necessário mencionar também que, o Brasil é o único país da América Latina que nunca alcançou 60% de apoio à democracia. Em 2020, o apoio à democracia no país era de 40%. Na Argentina, o cenário é diferente. De 2003 a 2017, o apoio à democracia não ficou abaixo de 60%, porém em 2020 o índice diminuiu para 55% – o menor índice do país segundo os dados do Latinobarómetro. Mesmo assim, o país possui o terceiro menor índice de indiferença em relação a viver em um regime democrático ou autoritário – 14% –, enquanto que no Brasil a indiferença é de 36%³.

O artigo está dividido em uma breve revisão da literatura, consistindo em uma explicação das principais perspectivas e correntes teóricas sobre o conceito de democracia e o apoio à democracia. A essa, segue-se uma explicação do problema de pesquisa e as hipóteses que serão testadas. Por fim, as duas últimas seções são a descrição da metodologia utilizada e a discussão dos resultados.

² Alude à sucessão de governantes identificados com a esquerda, eleitos em reação ao neoliberalismo – como as políticas e perspectivas concretas desses governos no poder não eram radicais ou revolucionárias, a cor rosa foi mais apropriada do que a vermelha (SILVA, 2014).

³ Disponível em: <https://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>. Acesso em 10 de jun. de 2023.

2. Revisão de Literatura

Democracia é um conceito muito amplo e essencialmente contestado, pois está aberto a múltiplos significados. Não existe um consenso sobre quais valores devem ser analisados como os “mais importantes” (NORRIS, 1999). Como na citação apresentada no artigo de Guilherme Galuppo Borba: “a democracia não é um absoluto que pode ser determinado a priori em todos os seus detalhes, nem pode ser formulada fora de todas as sociedades nas quais ela é aplicada, por isso estaremos sempre debatendo sobre os graus de democracia” (TEZANOS apud BORBA, 2019, p.478).

Przeworski (2019), defende – a partir de autores como Schumpeter, Popper e Bobbio – a utilização da ideia minimalista e eleitoral de democracia, que representa um arranjo político onde as pessoas escolhem os governos através de eleições e possuem a possibilidade de remover aqueles que desaprovam. Para o autor, acrescentar adjetivos à definição de democracia pode ser um problema, pois o *checklist* será maior, e consequentemente, mais problemas irão surgir. Isso será levado em consideração ao longo da análise, porém, essa não será a definição utilizada.

Em contrapartida, muitos autores discordam desse tipo de abordagem minimalista. Segundo Silva (2017), uma democracia de qualidade não deve ser definida apenas por eleições e *accountability*. Existem alguns elementos que devem ser levados em conta quando pensamos em qualidade das democracias, como: *Rule of law* – que remete à igualdade dos cidadãos perante a lei que deve ser aplicada por um Judiciário independente –, a participação – sendo não apenas a participação política cidadã, mas sua efetividade –, a competição – ou seja, o pluralismo –, *accountability* horizontal – que constitui a responsabilização das autoridades por outros atores institucionais, onde o desenho institucional irá determinar o equilíbrio entre os poderes, assim como as limitações institucionais ao exercício de cada um – e, por fim, *responsiveness* – que representa em que medida cada governo cumpre os pontos essenciais de seu programa (SILVA, 2017). A *accountability* vertical também é um fator de grande relevância ao pensarmos na qualidade das democracias e consiste nas condições disponíveis para o controle das ações dos políticos por parte dos cidadãos (SOTILLOS, 2015).

Seguindo com o trabalho de Ovares-Sánchez (2021), estabelecemos uma definição de democracia que destaca princípios normativos abstratos – como as condições de vida da população, a qualidade dos serviços públicos oferecidos, os valores democráticos que são compartilhados entre os cidadãos, a confiança nas instituições, a busca pela diminuição da desigualdade por parte dos governos – que os sistemas políticos devem alcançar para poderem ser definidos como democracias. Dessa forma, se a democracia não se resume apenas aos procedimentos, mas também importam valores e objetivos, como foi mencionado acima, essa parte substantiva da democracia será vinculada ao que os cidadãos esperam dela. Por essa razão, o principal foco de atenção deste trabalho são as expectativas dos cidadãos e suas percepções sobre o desempenho democrático.

Os principais índices de avaliação da qualidade da democracia concentram-se nos aspectos institucionais, o que é criticado por diversos autores, que argumentam a necessidade de considerar a cultura política de cada país (GONZÁLEZ, 2014). Acaba-se não explorando outros determinantes possíveis do apoio à democracia, como indicadores de sofisticação política, eficácia política, de atitudes em relação a corrupção, de prestação de contas, sentimento de representação, entre outros (MONSIVAIS-CARRILLO, 2020).

É a partir dessa breve discussão sobre o conceito de democracia, que será aprofundada a questão do apoio à democracia na região. Procura-se estabelecer alguns dos principais estudos sobre o tema, como também as melhores maneiras para analisar esse apoio. Pois, como argumenta Monsivais-Carrillo (2020, p.155): “estudar o apoio e a rejeição à democracia tem importância para podermos conhecer de que maneira tem se transformado os juízos e as expectativas dos cidadãos com relação aos sistemas políticos”.

Os estudos em relação ao apoio à democracia não se restringem apenas a região da América Latina. Cada vez mais, a preocupação sobre a longevidade das democracias existentes cresce e existem muitos Institutos e organizações que estudam os diferentes fatores em torno do conceito de democracia. Segundo a cientista política Pippa Norris (2011), a demanda pública por democracia representa as expectativas e as aspirações dos cidadãos em respeito à democracia como um sistema político, ou seja, a adesão da população aos valores democráticos e a negação de alternativas autoritárias. Já a oferta percebida de democracia consiste no nível de satisfação em relação às expectativas e aspirações, ou seja, a satisfação – ou insatisfação – com o desempenho democrático dos governos. É por isso que, segundo Norris (2011), é possível distinguir entre o descontentamento da população com a democracia como tal e as expectativas da cidadania em respeito à democracia.

As variáveis de apoio à democracia e satisfação com a democracia não guardam uma relação direta, porém vários autores concluíram que um desempenho favorável e constante durante um longo período, com uma abordagem bem sucedida frente aos problemas econômicos e sociais contribuem para o desenvolvimento de uma crença ampla na legitimidade da democracia (LIPSET, 1993). Diante disso, podemos entender que a satisfação com o desempenho do sistema democrático é um fator de grande importância para o apoio do regime democrático.

Outro ponto muito importante é o quanto as minorias – como mulheres, pessoas indígenas ou de minorias raciais – conseguem exercer seus direitos políticos básicos e terem os seus direitos como cidadãos respeitados, pois o desenvolvimento democrático depende disso. Diante dessas questões, muitos teóricos defendem que a satisfação que os indivíduos têm diante de suas vidas pode ser associada com a própria longevidade da democracia em um país (INGLEHART, 1998). No contexto das imensas desigualdades que caracterizam o cenário latino-americano, é preciso reconhecer que condições de maior equidade socioeconômica não são pré-requisitos para a democracia, mas critérios para a sua definição – quando a compreendemos como algo substantivo (LAISNER, 2008).

O'Donnell (apud MEJÍA, 2022) argumenta que apenas uma cidadania integral, com acesso a direitos civis, políticos e sociais plenos, é que pode garantir a existência de uma verdadeira democracia. E é por isso que a satisfação das pessoas com a sua própria vida tem uma grande importância, já que se ela for muito baixa, pode acabar prejudicando o apoio a um regime democrático. E em sociedades com altos níveis de desigualdades sociais e econômicas o problema se agrava, pois a minoria que está contente com o seu lugar na ordem sociopolítica, pode não desejar a participação dos outros cidadãos.

Na literatura existe uma divisão frente a esse debate, para alguns autores é a confiança no sistema que irá aumentar o apoio à democracia, e assim, fortalecer o regime democrático (INGLEHART, 1990). Para outros, é o contexto político que está em primeiro lugar, com as regras e as instituições moldando a cultura da sociedade (JACKMAN; MILLER apud BOOTH; SELIGSON, 2009). Para autores como Booth e Seligson (2009), as pessoas desejam a democracia, e quanto mais elas perceberem a performance de seus governos como boas, mais democracia elas vão

acreditar que possuem. Ou seja, podemos entender que a preferência pelo autoritarismo não está tão vinculada à insatisfação com o sistema político em si, e sim, com uma inconformidade diante das circunstâncias que afetam a vida dessas pessoas.

Por esse motivo, uma democracia que possui um desempenho deficitário - alta corrupção, falta de segurança, índices elevados de desigualdade, violações constantes dos direitos humanos – pode representar, em alguma medida, a mesma coisa que um “autoritarismo” (MONSIVAIS-CARRILLO, 2020). De acordo com Regina Laisner (2008, p. 25), “para além da democracia combinada com algum grau de justiça e igualdade social, cumpre destacar que a formação de uma cultura política compatível com o consenso normativo mínimo revela-se tão importante quanto a formação de um sistema partidário eficiente”, por exemplo.

A qualidade de vida é um fator essencial para a construção da visão de mundo do cidadão, e consequentemente, para a construção da sua cultura política. E como medir isso?

Alguns autores tendem a focar na performance macroeconômica medida pelo PIB *per capita*, mas será que os cidadãos refletem sobre o seu sistema econômico em termos dos níveis de riqueza nacional? Como o cidadão comum consegue perceber a performance econômica de seu país?

De acordo com Baquero e Santos (2007), a variável econômica influencia diretamente na maneira em que os cidadãos percebem o regime democrático, fazendo associações entre a sua qualidade de vida, situação econômica e poder de compra com a eficiência do regime democrático. Ou seja, os cidadãos conseguem avaliar a performance econômica, mas eles fazem por meio de indicadores como oportunidades de emprego, salários, crescimento de seus negócios, entre outros.

É importante evidenciar que o presente artigo não procura seguir essa visão predominantemente economicista, que atribui a satisfação pessoal apenas com a economia, pois o desempenho do sistema político não se reduz aos resultados econômicos, e sim, abarca diversos elementos. Estudos como o de Norris (2011), mostram que os cidadãos levam em conta a qualidade do governo, a confiança que os procedimentos democráticos serão seguidos, a representação e a prestação de contas dos políticos ao julgar o desempenho do sistema.

A cientista política Laura Chinchilla (2019) argumenta que, para além da deterioração institucional que impacta negativamente na percepção que os cidadãos têm da própria democracia, existem outros fatores associados ao sentimento comum de mal-estar vivenciado na região, como: a rigidez institucional frente às crescentes expectativas da população, a violência e a corrupção. Dessa forma, não basta uma democracia representativa para satisfazer as múltiplas e legítimas necessidades das sociedades contemporâneas.

Linde e Peters (2018), ressaltam a importância da representação política e da percepção da capacidade de resposta dos governantes diante das demandas da população – *responsiveness* – como fatores que influenciam no apoio ao sistema político. Nesse contexto em que as instituições representativas não correspondem ao seus compromissos de proteção da vida, começam os questionamentos de sua representatividade e denuncia-se o seu funcionamento a serviço de interesses e valores de grupos que possuem acesso exclusivo ao poder, o que acaba por incluir a própria classe política como ator coletivo daquilo que se percebe como um grande obstáculo (CASTELLS, 2018). É a partir dessas reflexões que a pesquisa irá discutir e testar as hipóteses mencionadas.

3. Argumento e Hipóteses

O presente artigo busca responder às seguintes perguntas: 1) A satisfação individual dos cidadãos contribui para um maior apoio à democracia?; 2) A insatisfação com a democracia implica em uma rejeição à democracia como forma de governo? A satisfação com a democracia é um indicador de desempenho, que demonstra como os governos estão respondendo às demandas da população, ao contrário do apoio à democracia, que é um indicador sobre o regime de um país (LATINOBARÓMETRO, 2021).

As mudanças socioeconômicas provocadas pela globalização começaram a revelar as limitações dos modelos democráticos existentes a partir do final do século XX. Claudio Di Marco (2019) explica que nesse momento tornava-se evidente a dificuldade de responder aos desejos de grande parte da população, que encontrava-se excluída das decisões políticas e, ao mesmo tempo, carente de políticas públicas eficazes para reduzir a desigualdade social.

Quando falamos sobre governos neoliberais, entendemos o neoliberalismo como um conjunto de políticas que privatizam a propriedade e os serviços públicos, reduzem radicalmente o Estado social, desregulam o capital e produzem um clima de impostos e tarifas amigáveis para os investidores estrangeiros. Um dos maiores exemplos na América Latina foram as políticas impostas por Augusto Pinochet no Chile – e que logo depois foram levadas para outras partes do Sul Global – em 1973. É importante mencionar que essas políticas foram, muitas vezes, impostas pelo Fundo Monetário Internacional – FMI – através de mandatos de “ajuste estrutural” que estavam vinculados à reestruturação dos empréstimos e da dívida (BROWN, 2019).

A racionalidade neoliberal é entendida aqui, seguindo a argumentação de Brown (2019), como modeladora de um discurso que associa a justiça social à ideia banalizada de “politicamente correto”. O ataque neoliberal ao social é o que gera a cultura antidemocrática desde baixo – ao mesmo tempo que legitima formas antidemocráticas de poder estatal desde cima –, pois uma cidadania cada vez mais não democrática estará mais disposta a autorizar um Estado antidemocrático (BROWN, 2019).

Tanto a Argentina quanto o Brasil possuem uma herança cultural e institucional autoritária, o que faz com que coexistam projetos políticos de forma conflitiva e contraditória. Como apontam Marco Maida e Edson Cabral (2019), é possível identificar três tendências não só nos países analisados, mas na América Latina em um geral: I) projeto autoritário, II) projeto neoliberal, III) projeto democrático-participativo. Isso demonstra o quanto a democracia está em uma disputa constante e o quanto é necessário compreendermos os fenômenos políticos e sociais em cada país.

A hipótese central do artigo é a de que quanto maior for a satisfação individual – não apenas em um nível econômico, mas amplo, levando em consideração diversos aspectos da vida de uma pessoa em uma democracia –, maior será o apoio ao regime, ou seja, quanto menor essa satisfação, menor será o apoio à democracia. Para isso, serão analisadas possíveis variáveis que explicam o apoio à democracia – que foram selecionadas através da literatura discutida – são elas: satisfação com a democracia, satisfação com a atual situação econômica do país, aprovação do presidente/governo vigente, o quão justa é a distribuição de renda no país, o salário mínimo, satisfação com a vida, e, por fim, o país também será considerado uma variável explicativa. A relevância de cada uma delas será apresentada na próxima sessão.

Com essas variáveis, procura-se analisar uma dimensão de satisfação econômica, mas também geral – envolvendo aspectos de satisfação pessoal em um nível mais amplo, como também a percepção do governo vigente e da questão da desigualdade nos países analisados. As hipóteses apresentadas aqui podem ser entendidas através da comparação histórica em conjunto com as variáveis que serão analisadas nos modelos de regressão linear, onde podem apresentar uma

articulação de múltiplos fatores em uma conjuntura específica que possibilita o resultado – o apoio à democracia – ou ainda, apresentar uma causalidade múltipla, em que pode-se obter o mesmo resultado por múltiplas vias (RAGIN apud PÉREZ-LIÑÁN, 2010). Como serão analisados diferentes modelos de regressão linear a partir das variáveis mencionadas, podemos entender o modelo mais adequado como um meio de explorar os diferentes fatores que explicam o apoio à democracia – comprovando ou não as hipóteses mencionadas.

4. Desenho de Pesquisa

A pesquisa utiliza o método comparado em conjunto com uma técnica estatística para submeter as hipóteses a comprovações e falsificações (PASQUINO, 2011). O contexto a ser comparado entre Argentina e Brasil é a trajetória política dos países, em que, após passarem pelos seus períodos de transição e adoção de políticas neoliberais, transitam pela onda progressista, e, nos últimos anos, vivenciam uma regressão conservadora. Dessa forma, procura-se analisar o período de 2005 a 2020, que abarca o contexto político mencionado e suas principais mudanças, como também é o período em que os dados coletados permitem uma comparação mais eficaz e com maior abrangência, levando em consideração diferentes fatores que podem explicar o apoio democrático. Uma observação importante a ser feita é que, no período analisado, a pesquisa não foi realizada em três anos - 2012, 2014 e 2019.

A partir da análise da literatura, foram definidas as variáveis explicativas que serão coletadas dos relatórios anuais do Latinobarómetro (2005-2020) – é um *survey* anual de opinião pública que envolve 20.000 entrevistas em 18 países latino-americanos. A corporação Latinobarómetro foi escolhida por ser um centro de pesquisa de excelência internacional, que pesquisa o desenvolvimento da democracia e da economia, mas também com foco nas sociedades, usando indicadores de opinião, atitudes e valores – o que dialoga completamente com o objetivo da pesquisa. Além disso, seus resultados são utilizados por atores sociais e políticos, organizações internacionais, governos e mídia – com relatórios e banco de dados de livre acesso ao público. A seguir, são apresentadas as variáveis utilizadas:

Quadro 1 – Glossário das variáveis.

Variáveis	
apoiodem	Apoio à democracia – porcentagem de pessoas que concordaram com a frase “A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo”. (variável resposta)
satisdem	Satisfação com a democracia – porcentagem de pessoas que afirmaram estar satisfeitas ou muito satisfeitas com a democracia. (variável explicativa)
satsiteco	Satisfação com a atual situação econômica do país – porcentagem de pessoas que afirmaram estar satisfeitas ou muito satisfeitas com a situação econômica do seu país. (variável explicativa)
aprovpresidente	Aprovação do presidente/governo vigente – porcentagem de pessoas que afirmaram aprovar o presidente. (variável explicativa)
justrenda	O quão justa é a distribuição de renda no seu país? – porcentagem de pessoas que afirmaram que a distribuição de renda é justa ou muito justa. (variável explicativa)
satisvida	Satisfação com a sua vida – porcentagem de pessoas que responderam estar um pouco satisfeitas ou muito satisfeitas com a sua vida. (variável explicativa)
país	País em que as perguntas foram feitas. (variável explicativa chave)
ano*	Ano em que os relatórios foram realizados. (controle)

* Nos anos de 2012, 2014 e 2019 a pesquisa não foi realizada.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarómetro, 2022.

A variável “Satisfação com a democracia” é importante para analisar a oferta de democracia percebida pela população, que consiste no nível da satisfação em relação às expectativas e aspirações com o desempenho democrático dos governos. A variável “Aprovação do presidente” é necessária porque o desempenho do sistema político é um determinante que proporciona uma experiência tangível do funcionamento da democracia, e dessa forma, é essencial perceber o quanto uma baixa aprovação do presidente e seu governo pode acarretar em uma rejeição ao regime democrático (MONSIVAIS-CARRILLO, 2020).

A qualidade de vida é um fator essencial para a construção da visão de mundo do cidadão e, consequentemente, para a construção da sua cultura política. De acordo com Baquero (2011), a variável econômica influencia diretamente na maneira em que os cidadãos percebem o regime democrático, fazendo associações entre a sua qualidade de vida com a eficiência do regime democrático. A variável “O quão justa é a distribuição de renda em seu país?” foi selecionada, pois um dos obstáculos para uma verdadeira democratização está nos conflitos redistributivos, em que mesmo um impacto positivo do crescimento econômico pode ser minado por um nível muito alto de desigualdade (BOIX apud LINS, 2006). Diante disso, é importante analisar a percepção da população frente a desigualdade em seus respectivos países.

Como já foi mencionado ao longo do artigo, Norris (2011) argumenta que os cidadãos levam em conta a qualidade do governo, a confiança que os procedimentos democráticos serão seguidos, a representação e a prestação de contas dos políticos ao julgar o desempenho do sistema. Ocorreria a mesma percepção ao se pensar sobre a satisfação de cada indivíduo com a sua vida – aqui temos a variável “Satisfação com a vida”.

A análise dos dados será realizada através do *software* R 4.2, com a criação de um modelo de regressão linear para ser feita uma análise exploratória no método de regressão *stepwise*. A função utilizada no R foi desenvolvida por Venables e Ripley (2002) – “AIC by Stepwise Algorithm”. O método de regressão *stepwise* não é muito desejado para uma análise explicativa, porém pode ser muito útil como um método exploratório para entender melhor as variáveis que estão sendo analisadas e para a comparação de modelos – o que é um dos objetivos deste trabalho (RUENGVIRAYUDH; BROOKS, 2016). Algumas críticas apresentadas por pesquisadores reforçam que, quando se trabalha com um grande número de dados, a técnica *stepwise* pode não escolher o melhor modelo – algo que o pesquisador não saberá por ser uma escolha automatizada e pelo grande volume de dados. Essa questão não se apresenta como um problema para o presente artigo, por não ser um modelo com muitas variáveis – são apenas 6 – e porque o modelo escolhido através da regressão *stepwise* será comparado com um modelo de regressão linear feito sem o método para aumentar a confiança dos resultados apresentados.

Outro problema ocorre quando o pesquisador analisa um banco de dados pronto sem avaliar as variáveis a partir de uma teoria, o que pode fazer com que o método *stepwise* não escolha aquelas que são mais significativas. Mais uma vez, a pesquisa a ser elaborada contorna essa questão por ter um banco de dados pré-selecionado a partir da literatura de apoio à democracia, não é utilizado um banco de dados pronto, e sim, ocorre a seleção das variáveis que podem ser mais explicativas para o fenômeno estudado. Flack e Chang (apud RUENGVIRAYUDH; BROOKS, 2016) apontam que os melhores preditores são aqueles guiados através de teorias, as variáveis não devem ser escolhidas apenas por serem estatisticamente significativas.

Uma limitação do método *stepwise* é que não se pode confiar totalmente nos resultados apontados, pois se ocorre uma multi correlação entre as variáveis, algumas podem ficar de fora e o modelo não será o mais adequado. Levando essa questão em consideração, mas entendendo que isso não se aplica apenas ao *stepwise* – já que é essencial avaliar os resultados estatísticos em conjunto com a teoria –, o trabalho irá utilizar o modelo de regressão *stepwise* em comparação com o modelo de regressão linear inicial criado, como já foi mencionado, e também, será feita uma análise com o método AIC – *Akaike information criterion* – elaborado separadamente para ser analisado com os resultados do método *stepwise*.

O método matemático *Akaike information criterion* – AIC – serve para entendermos qual modelo é o melhor para explicar a variável dependente. O número AIC pode ser comparado entre os modelos, sendo aquele com o menor número o mais adequado. Em termos comparativos, um valor de AIC é considerado significativamente melhor que o outro quando apresenta pelo menos duas unidades menores. Esse método é ideal para testar séries históricas com um pequeno número de dados, ou seja, a pesquisa se enquadra nos requisitos.

Diante disso, o método de regressão *stepwise* utilizado é o *backward elimination procedure*. O processo começa com o modelo cheio – com todas as variáveis –, que neste caso foi selecionado a partir da literatura. Após isso, a cada “rodada” é descartada a variável que possui a menor correlação, ou seja, que contribui menos para o valor de R^2 . O procedimento finaliza quando todas as variáveis restantes (ou em alguns casos, quando não sobram variáveis) mostram-se significativas (RUENGVIYAYUDH; BROOKS, 2016). Para não correr riscos de confiar apenas no que é mais estatisticamente significativo, o trabalho irá utilizar o critério do valor AIC para dar mais confiabilidade ao modelo final. Dessa forma, a função utilizada no R irá parar quando o menor valor AIC for alcançado ao remover as variáveis – o procedimento irá parar antes de remover uma variável que aumenta o valor de AIC. Essa é uma estratégia utilizada em um estudo de Ruengvirayudh e Brooks (2016).

5. Resultados, Implicações e Discussão

A partir do fim da década de 1970, ocorreu o retorno da democracia na América Latina – a experiência autoritária brasileira durou de 1964 a 1985 e a argentina de 1976 a 1983 – com a posterior adoção das reformas orientadas para o mercado a partir das receitas preconizadas pelo Consenso de Washington – programa de convergência ou homogeneização das políticas econômicas dos países latino-americanos, desenhado pelas burocracias internacionais e nacionais de Washington, que combina austeridade fiscal e monetária com desregulação dos mercados, liberalização financeira, abertura comercial e privatizações (FIORI apud COELHO, 2022) – no fim dos anos 1980. Esse cenário gerou promessas de desenvolvimento econômico e melhoria das condições de vida dos cidadãos, porém, ao longo dos anos 1990, o que se viu foi uma piora nos indicadores sociais e aumento da desigualdade, acarretando em um desencantamento com a democracia e com o neoliberalismo, como aponta Coelho (2022).

É importante mencionar que em alguns países não existiu uma correlação de forças para fazer oposição ao neoliberalismo, como é o caso da Argentina. Mas, em outros, ações de movimentos sociais organizados e partidos de oposição foram determinantes para barrar algumas das reformas neoliberais – o que ocorreu no Brasil (COELHO, 2022). Nos anos 2000, o otimismo da década passada sofreu um choque de realidade. O contexto de estagnação econômica, deterioração das condições sociais e a brecha política entre promessas e realidade proporcionou aos políticos de esquerda e centro-esquerda a base para uma narrativa sobre os fracassos do neoliberalismo (PANIZZA, 2006). Quando essas esquerdas chegaram ao poder em diferentes países da América Latina, compreendeu-se o fenômeno chamado de “onda rosa”, “maré rosa” ou “onda progressista” – como as políticas e perspectivas concretas desses governos no poder não eram radicais ou revolucionárias, a cor rosa foi mais apropriada do que a vermelha (SILVA, 2014). Dessa forma, a “onda progressista” alude à sucessão de governantes identificados com a esquerda, eleitos em reação ao neoliberalismo⁴.

⁴ Hugo Chávez, na Venezuela (1998); Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil (2002); Néstor Kirchner, na Argentina (2003); Tabaré Vázquez, no Uruguai (2004); Evo Morales, na Bolívia (2005); Rafael Correa, no Equador (2006); e Fernando Lugo, no Paraguai (2008).

Apesar da modesta legitimidade inicial de Kirchner, o governo conseguiu aumentá-la, e sua esposa, Cristina Kirchner, tornou-se presidente duas vezes com uma adesão eleitoral crescente: 45% dos votos válidos em 2007 e 54% em 2011. Os Kirchner permaneceram no poder ao longo de doze anos, e durante esse período buscaram mobilizar uma retórica que remetia ao histórico peronismo, mas que acabou ganhando vida própria (SANTOS, 2018). No Brasil, Lula foi reeleito em 2006 com uma vitória expressiva em segundo turno – 60,83%. Em 2010, Dilma Rousseff, sucessora de Lula, é eleita a primeira presidente mulher do país. A partir de 2013, pautas liberais e conservadoras começam a ganhar força no país a partir das críticas à corrupção, a necessidade de mudanças no governo e o forte apoio a operações jurídicas, como a Operação Lava Jato. Mesmo dentro deste contexto polarizado, Dilma Rousseff conseguiu obter a reeleição em 2014.

Com a eleição de Mauricio Macri como presidente da Argentina no final de 2015 e com o bolivarianismo sofrendo uma derrota esmagadora nas eleições parlamentares venezuelanas, começava a se discutir sobre uma possível ressaca reacionária na região, que acabou sendo confirmada com o *impeachment* de Dilma Rousseff no Brasil, no ano seguinte, como aponta Santos (2018).

No final da década de 2000, os governos progressistas passaram a enfrentar uma ofensiva estratégica. Segundo Fuser (2017), ao contrário do ciclo militar dos anos 1960/1970, o afastamento de mandatários indesejáveis não ocorre mais com a presença de militares e tanques nas ruas, e sim, de maneira a preservar a aparência do Estado democrático de direito, mesmo que na prática os seus princípios sejam violados. Na Argentina, a vitória eleitoral de Macri (2015) acabou coincidindo com o objetivo das forças direitistas, sem ter a necessidade de um golpe, diferente do que aconteceu no Brasil com Dilma Rousseff (2016).

E assim, em 2016, o governo Temer dá início a sua agenda política, que pode ser sistematizada através de três dimensões: retrocesso dos direitos sociais, das igualdades cidadãs e das liberdades (MIGUEL, 2018). Na Argentina, Macri foi o primeiro presidente eleito em cem anos sem ser filiado ao radicalismo nem ao peronismo. No primeiro ano de seu mandato, já realizou diversas medidas que contrastavam fortemente com o governo anterior: desarmou a lei de mídias, retomou o endividamento, cortou subsídios, demitiu servidores por critérios políticos, entre outras medidas (SANTOS, 2018).

A eleição de 2018, no Brasil, foi marcada pela polarização e movimentação política. Este contexto levou Jair Bolsonaro a se eleger com o partido PSL – Partido Social Liberal –, com poucos segundos na propaganda eleitoral na TV, sem participar de debates e com uma forte propaganda via redes sociais (GOHN, 2019). Em 2019, na Argentina, o Partido Justicialista volta ao poder com a eleição de Alberto Fernández – com Cristina Kirchner como vice-presidente. Como aponta o relatório de 2021 do Latinobarómetro, os próximos anos serão decisivos para os governos eleitos, pois eles precisam demonstrar uma maior capacidade em responder às demandas dos cidadãos.

O gráfico de barras abaixo apresenta uma comparação do apoio à democracia ao longo dos anos entre Argentina e Brasil, onde consegue-se observar que existe uma diferença significativa entre os dois países. No período de 2007 a 2010, essa diferença atinge os menores níveis, mas depois os países distanciam-se novamente. As mudanças de governos na Argentina não causaram impacto no apoio à democracia, tanto durante os governos Kirchner – no contexto da onda rosa – quanto no governo neoliberal de Mauricio Macri, a população manteve o nível constante de apoio à democracia. O Brasil apresenta um histórico bem mais baixo de apoio à democracia, com os menores percentuais sendo em 2016 – ano em que Dilma Rousseff sofre o golpe – e 2018 – com a eleição mais polarizada da história brasileira até aquele momento.

Figura 1 – Apoio à Democracia na Argentina e no Brasil.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarómetro no Rstudio, 2022.

Com o fim do ciclo progressista, percebe-se que, ao contrário da década de 1990 em que os presidentes caíam porque promoviam reformas neoliberais, o atual movimento que causa a queda dos presidentes é a não promoção dessas reformas, ou até a baixa intensidade delas. Diante disso, o novo ciclo que se inicia apresenta características de dois momentos anteriores à onda progressista, como explica Medeiros (2018):

O atual ciclo político na América Latina não é só neoliberal, como também autoritário. Trata-se, em realidade, da fusão das características mais substantivas dos dois ciclos políticos que precederam o ciclo político progressista na região. Na medida em que a primeira experiência neoliberal nos países latino-americanos foi derrotada pela energia social e política das lutas pela redemocratização, as elites do continente avançam contra a institucionalidade democrática, a fim de garantir seu poder de classe e se aproveitando de uma tendência internacional de oligarquização dos regimes liberais representativos na Europa e nos Estados Unidos (MEDEIROS, 2018, p.128)

Essa combinação de autoritarismo e neoliberalismo reforça a importância de analisar os fatores explicativos para que exista um apoio democrático substancial na sociedade. Pois, a democratização do poder político não ocorre somente com reformas políticas, como já foi observado, mas também é necessário avanços na esfera do poder popular em relação à tomada de decisões fundamentais (LEITE, 2018). Diante disso, apesar dos inúmeros avanços democráticos dos últimos anos, a população continua insatisfeita com os resultados em relação a uma justiça social efetiva, a inclusão política e a eficiência dos governos e das políticas implantadas (MAIDA; CABRAL, 2019).

Para iniciar a análise mais aprofundada do banco de dados, foi criado um modelo de regressão linear com o intuito de analisar quais das variáveis selecionadas melhor explicam o apoio à democracia. O valor p precisa ser menor que 0,05 para apresentar significância entre as variáveis, ou seja, quanto menor o valor p maior será essa associação. Nesta primeira tabela, apenas a variável país apresenta uma forte associação – aqui, o fato de não ser Brasil importa muito para explicar o apoio à democracia. O primeiro modelo foi criado a partir das variáveis que apresentam-se como mais relevantes na literatura sobre o apoio à democracia. Após isso, para uma análise exploratória do modelo utilizou-se o método *stepwise – backward elimination procedure*.

Tabela 1: Modelo de regressão linear inicial.

	Estimativa	Erro padrão	Valor - t	Valor - p
Intercept	27.81	18.86	1.47	0.15
Satisfação com a democracia	0.17	0.19	0.89	0.38
Quão justa é a distribuição de renda?	-0.03	0.15	-0.22	0.82
Satisfação com a vida	0.43	0.30	1.42	0.17
Satisfação com a situação econômica	0.01	0.15	0.07	0.94
Aprovação do presidente	0.02	0.07	0.28	0.78
País (Brasil)	-14.97	3.48	-4.29	0.000392

Valor - p: 3.118×10^{-7} R² ajustado: 0.8184

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarómetro no Rstudio, 2022.

Como já foi explicado na seção anterior, o método de *stepwise* inicia com o modelo cheio – o que foi apresentado na tabela 1. No modelo 2, foi retirada a variável de “Satisfação com a situação econômica” por ser a menos explicativa. No modelo 3 e 4, foram retiradas as variáveis “Quão justa é a distribuição de renda?” e “Aprovação do presidente”, respectivamente. Dessa forma, só restam três variáveis no modelo 4: “Satisfação com a democracia”, “Satisfação com a vida” e “País”. Na tabela 2 encontram-se os resultados do AIC. Os modelos selecionados pelo método *stepwise* foram testados novamente seguindo este método de seleção com base nos valores do AIC – *Akaike Information Criterion* –, com a adição de outro modelo a ser comparado. O modelo 5 contém apenas duas variáveis: “Satisfação com a democracia” e “País”.

Tabela 2 – Seleção de modelo baseado no AIC.

Modelos selecionados pelo método Stepwise	AIC
Modelo 1	170.53
Modelo 2	166.29
Modelo 3	162.58
Modelo 4	159.53
Modelo 5	159.03

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarómetro no Rstudio, 2023.

O menor valor de AIC constitui o modelo de regressão mais adequado. Com isso, os modelos 4 e 5 apresentam-se como os mais promissores. Entretanto, como já foi mencionado, para a diferença ser significativa ao comparar os valores, é necessário que ela seja de pelo menos duas unidades menores, o que não acontece. Por essa razão, o modelo escolhido será o 4. Como o método *stepwise* é útil para a análise exploratória das variáveis, será realizado um modelo de regressão linear final para uma análise mais objetiva do modelo selecionado. A tabela 3 apresenta esses resultados.

Tabela 3 – Modelo de regressão linear final.

	Estimativa	Erro padrão	Valor - t	Valor - p
Intercept	28.3121	17.3861	1.628	0.1177
Satisfação com a democracia	0.2094	0.1148	1.823	0.0819
Satisfação com a vida	0.4180	0.2752	1.519	0.1430
País (Brasil)	-14.3300	2.0686	-6.928	5.9x10 ⁻⁷

Valor - p: 1.52 x 10⁻⁹. R² Ajustado: 0.8403.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latinobarómetro no Rstudio, 2023.

Uma observação importante a ser feita é que quando retira-se a variável “Satisfação com a vida”, como acontece no modelo 5, a variável “Satisfação com a democracia” aumenta em significância, porém o R² diminui. O valor de R² precisa ser o maior possível para mostrar que o modelo está bem ajustado, por isso, mais uma vez, o modelo 4 apresenta o melhor ajuste, pois ocorre um aumento em relação ao modelo inicial criado. Com as três variáveis restantes, a variável com maior significância é “País”, o que consiste em um ponto muito importante, pois para um maior apoio à democracia é necessário que o país não seja o Brasil. A partir da perspectiva comparada, percebe-se que a cultura política brasileira apresenta diferenças contrastantes com a da sociedade argentina.

Como a democracia precisa de um forte apoio entre os cidadãos, para que não sofra ataques a partir de alternativas autoritárias, pensar em como aumentar o apoio dos regimes é essencial para a sobrevivência da democracia na América Latina. Diante disso, a literatura abordada neste capítulo propõe estratégias para que através da diminuição da desigualdade social, da melhora das condições de vida dos cidadãos e dos serviços públicos disponibilizados a eles, consiga-se criar uma cultura política em que as pessoas deem legitimidade às instituições da democracia representativa.

Como foi discutido ao longo do artigo, o progressismo latino-americano chega ao poder com a promessa de realizar uma democratização das sociedades conservadoras – muito esperada por grande parte dos cidadãos –, marcadas por autoritarismo, desigualdades e injustiças sociais. Para isso, tanto o governo petista como o dos Kirchner promoveram iniciativas redistributivas, com muitos avanços no campo social através da promoção de direitos e do combate às diversas formas de opressão. Porém, eles não promoveram o desenvolvimento de uma consciência política cidadã (LEITE et al., 2018).

Como foi apresentado nos modelos de regressão linear com base no AIC, a variável de “Satisfação com a vida” e de “Satisfação com a democracia” apresentam significância, o que demonstra a necessidade da elaboração de mecanismos políticos e sociais que contribuam de forma efetiva para a vida dos cidadãos. A justiça social é tudo o que se põe entre manter a promessa – que ainda não foi cumprida – da democracia e o abandono generalizado dessa promessa (BROWN, 2019). E os princípios da justiça social “devem necessariamente levar em conta a dimensão coletiva da vida humana e o pluralismo de valores” (FRANÇA, 2011, p. 100). O maior desafio da América Latina é a construção de uma democracia de qualidade, que seja inclusiva, governável e sustentável ao longo do tempo.

O artigo procura contribuir com os estudos que apontam para a necessidade de uma cultura política democrática – e assim, de que forma ela pode ser cultivada nas sociedades –, com a compreensão de que não existe uma preferência inerente ao autoritarismo e que o contexto político e social vivido pelos cidadãos é de extrema relevância para a consolidação de uma cultura democrática. O resultado mais importante dos modelos apresentados é o fato da variável “País” ser muito relevante em não ser Brasil. Para pesquisas futuras, o aprofundamento sobre as particularidades da cultura política brasileira será de grande importância para a análise do fenômeno – algo que não foi possível nesse artigo devido a maior extensão dessa pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAQUERO, Marcello. (2011), “Desarrollo sostenible, capital social y empoderamiento en América Latina en el siglo XXI”, *Otra Economía*, vol. 5, no. 4: 3-18.

_____; SANTOS, E.R. (2007), “Democracia e Capital Social na América Latina: uma análise comparativa”, *Revista de Sociologia e Política*, vol. 1, no. 28: 221-234.

BOOTH, John A.; SELIGSON, Mitchell A. (2009), *The legitimacy puzzle in Latin America: political support and democracy in eight nations*. New York, Cambridge University Press.

BROWN, W. (2019), *Nas Ruínas do Neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo, Ed. Filosófica Politeia.

CASTELLS, Manuel. (2018), *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro, Ed. Zahar.

CHINCHILLA, Laura (Org.). (2019), *Democracia, liderança e cidadania na América Latina*. São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo.

COELHO, André Luiz. (2022), *Por que caem os presidentes?: contestação e permanência na América Latina*. Rio de Janeiro, Ed. Mórula / FAPERJ.

COUTINHO, Marcelo. (2006), “Movimentos de mudança política na América do Sul contemporânea”, *Rev. Sociol. Polít.*, vol.1, no.27: 107-123.

FRANÇA, Luiz Daniel Jatobá. (2011), *Democracia, política externa e integração regional: um estudo comparativo das trajetórias de Argentina e Brasil*. 357 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FUSER, Igor. (2017), “Conquistas e fracassos dos governos progressistas: elementos para o balanço de um ciclo político que se recusa a morrer”, *Revista de la Red de Intercatedras de Historia de América Latina*, vol. 5, no. 8: 67-76.

GARETTO, Daniel Zovatto. (2018), “El estado de las democracias en América Latina a casi cuatro décadas del inicio de la Tercera Ola Democrática”, *Derecho Electoral*, vol. 1, no. 25: 1-24.

GOHN, Maria da Glória. (2019), *Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013*. Rio de Janeiro, Ed. Vozes.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. (2014), “Qualidade da democracia, eleições presidenciais e apoio à democracia na América Latina”, *Temas y Debates*, vol. 28, no. 18, p. 13-28, dez. 2014.

INGLEHART, Ronald. (1998), “The Renaissance of Political Culture”, *American Political Science Review*, v. 82, n. 4: 1203-1230.

LAISNER, Regina. (2008), “Visões da democracia: o debate entre tradições e o caminho para um novo modelo”, *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, vol. 2, no. 1: 12-27.

LEITE, José Correa; UEMURA, Janaina; SIQUEIRA, Filomena (orgs.). (2018), *O eclipse do progressismo: a esquerda latino-americana em debate*. São Paulo, Ed. Elefante.

LINDE, J; PETERS, Y. (2018), “Responsiveness, support, and responsibility: How democratic responsiveness facilitates responsible government”, *Party Politics*, vol. 26, no. 3: 291-304.

LINS, Rodrigo. (2017), “Insatisfação com a democracia na América Latina, 2001-2015”, *Conexão Política*, vol. 6, no. 1: 127-141.

LIPSET, Seymour Martin. (1993), “The Centrality of political culture”, in L. Diamond and M. Plattner (eds), *The Global Resurgence of Democracy*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press.

MEDEIROS, Josué. (2018), “Regressão democrática na América Latina: do ciclo político progressista ao ciclo político neoliberal e autoritário”, *Revista de Ciências Sociais*, v. 49, no. 1: 98-113.

MEDEIROS, Nayara Fátima. (2015), “Democracia clássica e moderna: discussões sobre o conceito na teoria democrática”, *Revista Eletrônica de Ciência Política*, vol. 6, no. 2: 258-279.

MEJÍA, Jordano Sebastián Cilio. (2022), *Análisis comparado de la calidad de la democracia en Ecuador durante los periodos de gobierno entre 2017 y 2021*. 156 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidad Central del Ecuador, Quito.

MIGUEL, Luis Felipe. (2018), “Brasil: Post-democracia o neo-dictadura?”, *Revista de La Red de Intercatedras de Historia de América Latina Contemporánea*, vol. 5, no. 8: 77- 90.

MONSIVAIS-CARRILLO, Alejandro. (2020), “La indiferencia hacia la democracia en América Latina”, *Íconos Revista de Ciencias Sociales*, vol. 24, no. 66: 151-171.

MOUNK, Yascha. (2018), *O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. São Paulo, Ed. Companhia das Letras.

NORRIS, Pippa. (1999), *Critical Citizens: Global Support for Democratic Government*. Oxford, Oxford University Press.

_____. (2011), *Democratic Deficit: Critical Citizens Revisited*. New York, Cambridge University Press, 2011.

O'DONNELL, G. (1987), "Transição democrática e políticas sociais", *Revista da Administração Pública*, vol. 21, no. 4: 9-16.

OVARES-SÁNCHEZ, Carolina. (2021), "Déficit democrático en Costa Rica (1998-2019)", in L. Duarte-Recalde e A. Coelho (orgs.), *Nuevas tensiones de las democracias en América Latina*. Belo Horizonte, Lemos Mídia.

PASQUINO, Gianfranco. (2011), *Nuevo curso de ciencia política*. México, Fondo de Cultura Económica.

PANIZZA, Francisco. (2006), "La Marea Rosa", *Observatório Político Sul-americano*, vol.1, no.8: 1-16.

PATEMAN, Carole. (1970), *Participation and Democratic Theory*. New York, Ed. Cambridge University Press.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. (2010), "El método comparativo y el análisis de configuraciones causales", *Revista Latinoamericana de Política Comparada – CELAEP*, vol. 5, no. 5: 125-148.

PRZEWORSKI, Adam. (2019), *Crises da democracia*. Rio de Janeiro, Ed. Zahar.

RUENGVIRAYUDHR, P., BROOKS, G. P. (2016), "Comparing stepwise regression models to the best-subsets models, or, the art of stepwise", *General Linear Model Journal*, vol. 42, no. 1:1-14.

SANTOS, Fábio Luís Barbosa. (2018), *Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)*. São Paulo, Ed. Elefante.

SILVA, Fabrício Pereira da. (2017), "A "qualidade da democracia" como um problema: que qualidades as nossas democracias deveriam possuir?", *Teoria & Pesquisa*, vol. 26, no. 2: 6-29.

SILVA, Fabricio Pereira. (2014), "Quinze anos da onda rosa latino-americana: balanço e perspectivas", *Observador On-Line*, vol. 9, no. 12: 1-28.

VITULLO, Gabriel E. (2001), "Transitologia, consolidologia e democracia na América Latina: uma revisão crítica", *Revista de Sociologia e Política*, vol. 1, no. 17: 53-60.